



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Miguel Jorge Ferreira Granja dos Santos

**Avaliação e caracterização do risco na  
pornografia infantil: estudo comparativo**



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Miguel Jorge Ferreira Granja dos Santos

**Avaliação e caracterização do risco na  
pornografia infantil: estudo comparativo**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves**

13 de outubro de 2017

## DECLARAÇÃO

Nome: Miguel Jorge Ferreira Granja dos Santos

Endereço eletrónico: [miguelgranja7@gmail.com](mailto:miguelgranja7@gmail.com)

Telefone: 963 464 902

Número do Bilhete de Identidade: 12139685

Título do trabalho: Avaliação e caracterização do risco na pornografia infantil: estudo comparativo

Orientador: Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 16/10/2017

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Índice geral

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
INTRODUÇÃO .....	7
Capítulo I-ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	8
1. Pornografia infantil.....	8
1.1. Definições e conceptualização .....	8
1.2. A internet .....	9
1.2.1. Modelos explicativos da pornografia infantil através da utilização da internet .....	9
1.3. Tipologias de ofensores sexuais de crianças.....	11
1.4. Características dos pornógrafos .....	12
1.5. Características dos pornógrafos por comparação com outros ofensores sexuais.....	14
2. A questão do risco .....	14
2.1. O Modelo de Risco, Necessidade e Responsividade.....	14
2.2. Fatores de risco entre ofensores sexuais .....	15
2.3. Fatores de risco na pornografia infantil .....	16
2.4. Risco de reincidência .....	16
Capítulo II-METODOLOGIA.....	18
1. Objetivos e questões de investigação .....	18
2. Participantes.....	18
2.1. Procedimentos de seleção dos participantes .....	18
3. Instrumentos .....	19
3.1. Grelha de recolha de dados .....	19
3.2. Level of Service/Case Management Inventory (LS/CMI) .....	19
3.3. Lyfestyle Criminality Screening Form- Revised (LCSF-R) .....	20
4. Procedimento .....	21
5. Análise de Dados .....	21
6. Resultados.....	22
6.1. Variáveis sociodemográficas .....	22
6.2. Variáveis jurídico-penais .....	23
6.3. Análise do risco de reincidência criminal (LS/CMI) .....	25
6.4. Análise do estilo de vida criminal (LCSF-R).....	26
7. Discussão dos resultados .....	28
Conclusão .....	30
Referências bibliográficas .....	32

## Índice de tabelas

Tabela 1. Diferenças ao Nível das Variáveis Sociodemográficas em Função do Tipo de Crime .....	22
Tabela 2. Diferenças ao Nível da Variável Idade em Função do Tipo de Crime .....	23
Tabela 3. Diferenças ao Nível das Variáveis Jurídico-penais em Função do Tipo de Crime .	23
Tabela 4. Diferenças ao Nível do Risco e do Estilo Criminal em Função dos Antecedentes Criminais.....	25
Tabela 5. Diferenças ao Nível das Variáveis Relativas ao LS/CMI em Função do Tipo de Crime .....	25
Tabela 6. Diferenças ao Nível do Total da Secção 1 (LS/CMI) em Função do Tipo de Crime .....	26
Tabela 7. Diferenças ao Nível das Subsecções do LS/CMI em Função do Tipo de Crime ....	26
Tabela 8. Diferenças ao Nível das Variáveis Relativas ao LCSF-R em Função do Tipo de Crime .....	27
Tabela 9. Diferenças ao Nível do Total do LCSF-R em Função do Tipo de Crime.....	27
Tabela 10. Diferenças ao Nível das Secções do LCSF-R em Função do Tipo de Crime .....	28

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não teria sido possível sem o contributo de várias pessoas, às quais faço questão de manifestar o meu agradecimento.

Agradeço ao Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves pela orientação e apoio ao longo de todo este percurso.

À Dra. Sandra Bernardes de Jesus pela ajuda, ainda que muitas vezes possa não se ter apercebido que o estava a fazer.

Ao Dr. Luiz Teixeira pela participação determinante no desenvolvimento deste trabalho.

Aos participantes desta investigação, pela disponibilidade e colaboração.

A todos os profissionais do Estabelecimento Prisional onde os participantes desta investigação foram seleccionados, pela solicitude e disponibilidade para ajudar.

À Mi, por tudo e ainda mais do que aqui possa ser expresso em palavras.

## **Avaliação e caracterização do risco na pornografia infantil: estudo comparativo**

### **RESUMO**

O objetivo da presente investigação é o estudo comparativo dos fatores de risco dos pornógrafos com condenados por outros crimes sexuais e por crimes não sexuais. Um total de 64 participantes foram divididos em três grupos, em função do tipo de crime. Os dados foram recolhidos através de uma grelha de análise de variáveis sociodemográficas e jurídico-penais, de um instrumento de avaliação de risco (LS/CMI) e de um instrumento de avaliação do estilo criminal (LCSF-R). Os resultados revelaram que os condenados por pornografia de menores são mais velhos na altura da primeira condenação e possuem menor historial de consumos que os condenados por crimes não sexuais. A análise dos dados mostrou ainda que os pornógrafos têm menos processos disciplinares, menor risco de reincidência e menor estilo criminal que os outros dois grupos de condenados. As evidências sugerem que os condenados por pornografia de menores, ao nível da avaliação do risco, apresentam características distintas dos restantes tipos ofensores e, inclusivamente, dos restantes ofensores sexuais.

**Palavras-chave:** pornografia infantil; risco; reincidência.

## **Risk assessment and characterization in child pornography: a comparative study**

### **ABSTRACT**

The objective of the present investigation is the comparative study of the risk factors of pornographers with convicted of other sexual crimes and non-sexual crimes. A total of 64 participants were divided into three groups, depending on the type of crime. Data were collected through a sociodemographic and legal-criminal analysis grid, a risk assessment tool (LS/CMI) and a criminal style assessment tool (LCSF-R). The results showed that those convicted of child pornography are older at the time of the first conviction and have a shorter history on drugs and alcohol than those found guilty of non-sexual crimes. Data analysis also showed that pornographers have fewer disciplinary processes, less risk of recidivism, and lower criminal style than the other two groups of convicts. Evidence suggests that at risk assessment, those convicted of child pornography have distinct characteristics from other types of offenders and even from other sexual offenders.

**Keywords:** child pornography; risk; recidivism.

## INTRODUÇÃO

O tema da pornografia infantil tem merecido maior atenção por parte de investigadores, profissionais ligados à área da criminologia e do cidadão em geral, existindo algum consenso em torno da ideia de que é necessária mais investigação, de forma a potenciar o nosso conhecimento acerca deste tipo de ofensores. São evidentes, mesmo atualmente, as dificuldades em eleger uma definição que reúna unanimidade, reflexo da complexidade que o fenómeno encerra.

A evolução da internet e das tecnologias desempenham um papel crucial na compreensão do rumo que a pornografia infantil tem assumido. O universo *online* veio impulsionar as trocas de conteúdos e facilitar a comunicação entre ofensores, conferindo novas facetas a este tipo de crime (Taylor & Quayle, 2003).

Em Portugal, a pornografia de menores passou a estar tipificada como crime no Código Penal Português apenas há uma década. As alterações legislativas neste âmbito refletem a necessidade do poder judicial acompanhar os desenvolvimentos inerentes a este crime. Até essa altura, a pornografia de menores ainda não possuía estatuto autónomo enquanto crime, encontrando-se a criminalização da utilização de menor de catorze anos em fotografia ou filme prevista no artigo referente ao crime de abuso sexual de crianças. De facto, durante algum tempo, os ofensores por pornografia de menores foram vistos de forma indistinta de qualquer outro ofensor sexual. Questiona-se assim se existirá fundamento para manter esta perspetiva ou poderão os pornógrafos constituir um grupo particular entre os agressores sexuais ou se existirão diferenças nomeadamente ao nível do risco de reincidência e ao nível dos comportamentos criminais que vão registando ao longo da vida.

As respostas às questões anteriores são importantes para qualquer técnico que desenvolva o seu trabalho no âmbito da avaliação e intervenção com ofensores. O modelo de risco, necessidade e responsividade (RNR) é um dos modelos à disposição destes técnicos com maior eficácia reconhecida na redução da reincidência (Bonta & Andrews, 2007). Deste modo, a possibilidade de identificar os fatores de risco aos quais deverá ser dirigida a intervenção com este tipo de ofensores, garantindo um tratamento e programas que atendam às suas necessidades específicas, afigurou-se como uma força impulsionadora para a realização deste trabalho.

## Capítulo I-ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. Pornografia infantil

#### 1.1. Definições e conceptualização

É possível encontrar na literatura diversas definições para a pornografia infantil, dependendo em grande parte da forma como são conceptualizados os construtos envolvidos nesta temática. A Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) define a pornografia infantil como “*qualquer meio de retratar ou promover a exploração sexual de uma criança, incluindo material escrito ou áudio, cujo foco seja o comportamento sexual da criança ou os seus genitais*” (Gillespie, 2009, p. 6, citado por Merdian, Curtis, Thakker, Wilson, & Boer, 2013). Segundo Taylor e Quayle (2003), a pornografia infantil pode ser definida como a gravação visual de abuso ou exploração sexual de uma criança por um adulto, por outra criança, ou envolvendo depravação. Já a Convenção sobre os Direitos da Criança, refere que “*pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais*”.

Aquilo que se entende por criança e por pornografia está intrinsecamente ligado a um contexto social e temporal (Taylor & Quayle, 2003), que varia nomeadamente de país para país, impossibilitando uma visão universal e a recolha de dados comparáveis sobre o fenómeno. Um outro aspeto que dificulta uma conceptualização consensual de pornografia infantil é a variedade de meios de suporte que são tidos em consideração para a exibição das crianças. Atualmente, para além do suporte visual, a conceptualização da pornografia infantil tende a incluir também os registos em suportes auditivos e escritos (Taylor & Quayle, 2003).

Além disso, coloca-se também a questão do fim a que o material se destina. Se uma criança retratada em poses sexuais explícitas não deixará dúvida que se insere no âmbito da pornografia infantil, como deve ser considerada uma fotografia em que a criança é exposta com pouca roupa, mas com propósitos publicitários? Finalmente, a ativação sexual por parte de quem visiona as fotografias também está inerente à noção da pornografia infantil. Mas a dificuldade em determinar quais as fotografias que irão desencadear essa ativação, é mais um contributo para a complexificação deste tema e para a obstaculização a uma conceptualização globalmente aceite (Taylor & Quayle, 2003).

## 1.2. A internet

Apesar do longo passado da pornografia infantil, o avanço da tecnologia potenciou um aumento na quantidade de conteúdos produzidos e tornou o acesso mais facilitado (Quayle & Taylor, 2007). Segundo Cooper (1998), a internet possui três atributos, conhecidos como “triple A engine”, que podem ser encarados como facilitadores da pornografia infantil: *accessibility*, *affordability* e *anonymity*. *Accessibility* refere-se ao facto de os conteúdos online estarem disponíveis vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. *Affordability* remete para a capacidade de os utilizadores da internet poderem adquirir material gratuito ou com poucos recursos financeiros. E *anonymity*, traduz-se na possibilidade de os utilizadores acederem a materiais pornográficos sem terem de se identificar, nem de estabelecerem nenhum contato interpessoal.

A incalculável quantidade de fotografias de crianças com conteúdo sexual que circula na internet, permite que determinados indivíduos as utilizem com o propósito de obter gratificação sexual ou como estímulo para o desenvolvimento de fantasias (Wortley & Smallbone, 2006; Quayle & Taylor, 2002a). O valor monetário que estas imagens atingem, podem ainda levar um colecionador a ponderar o tráfico das imagens da sua própria exploração de menores (Quayle & Taylor, 2007). Young (2001) defende que a internet tem potenciado o estabelecimento de redes online de ofensores sexuais de crianças, onde a partilha de imagens pornográficas de menores é considerada normal e aceitável. A este respeito, alguns estudos referem que a inclusão em comunidades que comungam da mesma forma de pensamento, facilita a expressão de pontos de vista, promovendo a comunicação de fantasias partilhadas que reforçam o sistema de crenças dos indivíduos envolvidos (Quayle & Taylor, 2002b). Assim, é impossível analisar-se o fenómeno da pornografia infantil sem ter em consideração o papel da internet, nomeadamente quando a sua utilização tem contornos patológicos. Por tudo isto, Elliott e Beech (2009) referem que provavelmente o fator proximal chave relacionado com a manutenção da pornografia infantil online é, precisamente, a utilização patológica da internet, tendo sido desenvolvidas várias teorias a este respeito.

### 1.2.1. Modelos explicativos da pornografia infantil através da utilização da internet

Davis (2001) desenvolveu um modelo cognitivo-comportamental que inclui nos seus fundamentos, características que se cruzam com as dos pornógrafos. Em colaboração com outros autores, Davis define a utilização patológica da internet como um comportamento

problemático “*focado numa particular atividade ou aplicação online, como a pornografia ou o jogo online*” (Davis, Flett, & Besser, 2002, p. 332).

O seu modelo assenta no pressuposto de que a utilização patológica da internet resulta de cognições problemáticas que, conjugadas com determinados comportamentos, intensificam e mantêm a resposta disfuncional. O autor faz a distinção entre dois tipos de utilização problemática da internet: a específica e a generalizada. A primeira refere-se aos casos em que os indivíduos são dependentes de uma função em concreto da internet, isto é, são dependências de conteúdo específico nas quais se podem englobar o uso abusivo de material ou serviços sexuais online e os leilões ou jogos online. O uso generalizado, por sua vez, remete para uma utilização exagerada da internet, mas com um carácter geral ou multidimensional, que pode ser traduzido, por exemplo, na perda de tempo online sem um objetivo preciso.

O modelo diferencia também aquilo que são causas distais de causas proximais. A exposição inicial à internet é vista como uma causa distal do desenvolvimento do problema. Como causas proximais, o autor refere a presença de cognições mal-adaptativas como os pensamentos acerca de si próprio. Estes, incluem um estilo caracterizado pela ruminação cognitiva, com índices de baixa autoestima e autoavaliação negativa, que descrevem fatores de risco tipicamente associados a ofensores online. Dito isto, o modelo de Davis (2001), vem realçar a noção de que indivíduos com vulnerabilidades psicopatológicas pré-existentes, perante uma condição de estímulo-resposta imediato, como é o caso do acesso à pornografia infantil na internet, vão reforçar a sua resposta comportamental.

Quayle e Taylor (2003), com base no trabalho de Davis (2001), partem da mesma base, ao afirmarem a existência de distorções cognitivas que legitimam o interesse sexual por crianças e em particular a internet como forma de abordagem.

Este modelo coloca o ênfase em três fatores responsáveis pelo envolvimento no uso problemático da internet. Assim, os fatores de risco individuais, tal como o interesse sexual por crianças, em conjunto com as características da internet (e.g., anonimato), e fatores cognitivo-sociais, como a redução do contato no mundo offline, constituem-se como aspetos centrais deste processo. O uso problemático da internet surge, portanto, associado a uma diminuição no envolvimento social, o que pode originar um reforço das competências para evitar a deteção, o escalar da prática de download de pornografia infantil e a possibilidade de passar a uma ofensa através de contatos *hands on* (Elliott e Beech, 2009).

### 1.3. Tipologias de ofensores sexuais de crianças

É sabido que os crimes sexuais se prestam à inclusão dos seus perpetradores em tipologias que têm em consideração determinados fatores (Simon, 1997). O desenvolvimento destas tipologias têm por base abordagens que analisam as ações técnicas praticadas, a intenção de quem as pratica e os efeitos, reais ou hipotéticos, dessas mesmas ações (Aslan, 2011).

Em 1984, Hartman, Burgess e Lanning, avançaram com uma categorização que, não se aplicando na altura aos ofensores sexuais através da internet, uma vez que esta ainda não existia, enquadrava os ofensores que acediam a imagens abusivas de crianças e aqueles que produziam e vendiam essas imagens. Assim, descreveram quatro tipos de ofensores: *closet*, *isolated*, *cottage* e *comercial*<sup>1</sup>. Os que se encaixavam na categoria *closet*, mantinham as suas coleções em segredo e não se ocupariam em ofensas presenciais. Os colecionadores *isolated* molestavam as crianças ativamente e colecionavam pornografia infantil ou erótica. Os pertencentes à categoria *cottage* partilhavam a sua coleção e a atividade sexual com outros indivíduos, desprezando a componente monetária ou o lucro. Por fim, os indivíduos do tipo *comercial*, vendiam as imagens a outros colecionadores na procura de benefícios monetários.

Em 1999, Cooper, Scherer, Boies e Gordon avançaram com uma categorização de pornografia infantil na internet: *recreational users*, *at-risk users* e *sexual compulsives*. Os *recreational users* acediam a pornografia infantil por impulso, por curiosidade ou como uma forma de entretenimento de curta duração. Já os *at-risk users* eram indivíduos vulneráveis que desenvolveram um interesse em pornografia infantil e, por último, os *sexual compulsives* referiam-se a indivíduos com interesses sexuais específicos em crianças, que procuravam pornografia infantil.

Uma das tipologias que não pode deixar de ser mencionada, foi a que resultou do trabalho de investigação de Sullivan e Beech (2004) e também McLaughlin (2000). Estes autores agruparam os participantes dos seus estudos em quatro categorias. Os *collectors/traders* são indivíduos cujo foco é o conteúdo pornográfico e, portanto, sobre os quais não há registo de ofensas sexuais diretas a crianças. Os *travellers* distinguem-se pelo envolvimento no recrutamento online de menores que poderão vir a participar em encontros sexuais. Em relação aos indivíduos responsáveis pela realização de vídeos, produção de fotografias e outros conteúdos pornográficos foram classificados pelos autores como *manufacturers*. Por fim, os

---

<sup>1</sup> Neste subcapítulo, optou-se por utilizar a designação das categorias na língua original por receio de se desvirtuar o seu significado com uma possível tradução.

*chatters* refere-se a indivíduos que não são associados a uma concretização do abuso através do contato direto, restringindo usualmente a sua atividade a um papel de “mentor” dos menores na área sexual, com recurso a *chats* e salas de conversação online.

Elliott e Beech (2009), com base no trabalho de outros investigadores, defendem que as tipologias definidas previamente podem ser agrupadas em quatro grupos de ofensores pornógrafos: *periodically pruriente*, *fantasy only*, *direct victimization* e *commercial exploitation*. *Periodically pruriente* são os que acedem impulsivamente, ou ocasionalmente como parte de um interesse mais geral em pornografia, que pode não estar relacionado com um interesse sexual específico em crianças. *Fantasy only* são os que acedem a imagens para alimentar o interesse sexual em crianças e dos quais não há um histórico conhecido de contato sexual ofensivo. *Direct victimization* refere-se aos que utilizam as tecnologias como parte de um padrão mais abrangente de ofensas sexuais, de forma a facilitar o contato *offline* mais tarde. Por fim, *commercial exploitation* traduz-se naqueles que comercializam as imagens com um objetivo monetário.

#### **1.4. Características dos pornógrafos**

Para além das tipologias descritas anteriormente, os pornógrafos possuem características comuns que podem ser agrupadas em determinadas dimensões. No que diz respeito às características demográficas dos pornógrafos (Houtepen, Sijtsema & Bogaerts, 2014), alguns estudos referem que são essencialmente caucasianos, com idade entre os 25 e os 50 anos e com maior probabilidade de estarem empregados, quando comparados com outros abusadores sexuais (Burke, Sowerbutts, Blundell, & Sherry, 2002). Ainda em relação à vertente laboral, frequentemente trabalham em setores com pouca ou nenhuma interação social ou onde o contato com crianças faz parte da rotina diária (van Wijk, Nieuwenhuis, & Smeltink, 2009).

Em relação às habilitações literárias, vários estudos reportam uma taxa de cerca de 30% com formação de nível superior (McCarthy, 2010; Seto, Cantor, & Blanchard, 2006; Surjadi, Bullens, van Horn, & Bogaerts, 2010) e no que concerne ao estado civil, os estudos apontam no sentido de 50% se encontrarem solteiros quer no momento do crime, quer aquando da realização do estudo (i. e., Henry, Mandeville-Norden, Hayes, & Egan, 2010; Neutze, Seto, Schaefer, Mundt, & Beier, 2011; Reijnen, Bulten, & Nijman, 2009).

Segundo Wortley e Smallbone (2006), o crime de pornografia de menores ocorre em todas as classes sociais. No entanto, é frequentemente assumido que os pornógrafos não têm histórico criminal (Burke et al., 2002; Sullivan, 2009). Na opinião de Seto, Hanson e Babchishin

(2011), existe também a ideia generalizada de que este tipo de ofensores apresenta um baixo risco de reincidência.

Outra noção que reúne consenso é a de que embora alguns pornógrafos não revelem níveis elevados de psicopatologia (Henry et al., 2010; Laulik, Allam, & Sheridan, 2007), muitos apresentam défices socioafetivos, mais especificamente perturbações como depressão e problemas relacionados com a ansiedade (McCarthy, 2010) e perturbação obsessivo-compulsiva (Bourke & Hernandez, 2009). Ainda no âmbito dos problemas psicológicos, estes indivíduos podem apresentar baixa autoestima, sentimentos de solidão e angústia, baixa assertividade (Henry et al., 2010) e pouca empatia nas relações interpessoais (Houtepen et al., 2014).

Um aspeto incontornável nesta matéria são as distorções cognitivas. Assim para Quayle e Taylor (2002a), os pornógrafos apresentam distorções cognitivas diretamente relacionadas com o conteúdo das imagens. Quer isto dizer, que eles podem estabelecer algo semelhante a um código moral com base nas características das vítimas como a idade, o sexo e a atividade retratada, que lhes permite decidir quais as imagens “aceitáveis” para a sua gratificação. Por vezes, minimizam o seu comportamento através de um processo de despersonalização das fotografias, em que estas são vistas quase como objetos colecionáveis.

No campo do comportamento sexual, os resultados de uma meta-análise realizada por Babchishin, Hanson e Hermann (2011), indicam que os ofensores por pornografia infantil, quando comparados com abusadores de crianças, revelam interesses sexuais mais desviantes (e.g., tendências pedófilas). Num outro estudo, Webb, Craissati e Keen (2007) comparam os mesmos dois tipos de ofensores sexuais, concluindo que os pornógrafos apresentam mais problemas de autorregulação sexual em relação aos abusadores. Os autores esclarecem que parte da autorregulação pode ser explicada pela preocupação sexual, o que se reflete na rotina de utilização de pornografia. A propósito da preocupação sexual, Niveau (2010) refere que 50% dos indivíduos que consomem pornografia infantil são referenciados com comportamento sexual compulsivo. O controlo da inibição pode ser, de facto, mais importante para um downloader de pornografia infantil do que para um abusador, na medida em que será mais fácil aceder a pornografia infantil online e, conseqüentemente mais difícil resistir-lhe (Houtepen et al., 2014).

## **1.5. Características dos pornógrafos por comparação com outros ofensores sexuais**

Uma meta-análise que teve por base 30 trabalhos, comparou as características de ofensores por pornografia online, abusadores sexuais de crianças e um grupo misto constituído por ofensores dos dois tipos anteriores (Babchishin, Hanson, & Van Zuylen, 2015). Uma das conclusões desta investigação é que os indivíduos cujas ofensas se restringem à pornografia infantil online são diferentes dos abusadores sexuais e dos ofensores mistos. A análise dos resultados indica também que os abusadores de crianças e os ofensores mistos pontuam mais alto nos indicadores de antissocialidade que os pornógrafos e que, relativamente a estes últimos, existe maior probabilidade de apresentarem barreiras psicológicas às ofensas sexuais do que os restantes.

Anteriormente, o estudo de Webb e colaboradores (2007), em que durante um período de oito meses foram avaliados 210 indivíduos, dos quais 90 eram pornógrafos infantis e 120 eram abusadores de crianças já tinha revelado que, em comparação com os abusadores, os pornógrafos infantis evidenciaram menos problemas psicológicos na vida adulta e menos historial de condenações por crimes sexuais.

Num outro estudo (Reijnen, et al., 2009), foram comparadas as características de 22 pornógrafos infantis com 112 autores de outro tipo de ofensas sexuais. Segundo os resultados alcançados, os pornógrafos eram significativamente mais novos do que os outros ofensores sexuais, eram solteiros e viviam sozinhos na maior parte dos casos. Estas conclusões sugerem que uma proporção substancial de ofensores por pornografia infantil parece ter défices na intimidade e no relacionamento interpessoal, o que vai no mesmo sentido dos resultados do estudo supramencionado, de que os ofensores através da internet têm menos relacionamentos presenciais (Webb et al., 2007).

## **2. A questão do risco**

### **2.1. O Modelo de Risco, Necessidade e Responsividade**

O modelo de risco, necessidade e responsividade (RNR), que surgiu na década de 90 impulsionado por Andrews, Bonta e Hoge, preconiza o respeito por três princípios quando se referem a essa intervenção.

O Princípio do Risco assenta na ideia de que o grau de intensidade da intervenção deverá ser adequado ao nível de risco apresentado pelo ofensor. O Princípio da Necessidade faz a

distinção entre necessidades criminógenas e necessidades não criminógenas, salientando que as primeiras estão relacionadas com o comportamento criminal, ao passo que nas segundas essa relação é menor ou até mesmo nula. Por último, o Princípio da Responsividade defende que a intervenção deve ser ajustada e consistente com a capacidade e o estilo de aprendizagem do ofensor.

O comportamento criminal é o resultado de uma complexa interação entre fatores de risco e fatores protetores (Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008). Os fatores de risco podem ser definidos como variáveis individuais e ambientais que se encontram associadas com uma maior probabilidade de envolvimento em atividade criminal (Blackburn, 1993).

## **2.2. Fatores de risco entre ofensores sexuais**

Entre os ofensores sexuais, a generalidade dos fatores de risco dividem-se em duas dimensões: antissocialidade e interesses sexuais atípicos (Hanson & Morton- Bourgon, 2005; Seto, 2013; Seto & Eke, 2015). A dimensão da antissocialidade engloba os traços de personalidade, atitudes e crenças, e comportamentos em que a criminalidade está subjacente. (e.g., a história criminal, percalços durante a liberdade condicional e o abuso de substâncias). Por sua vez, os interesses sexuais atípicos podem se traduzir na parafilia ou excessiva preocupação sexual. Seto (2008, 2013) sugere que os interesses sexuais atípicos representam uma potencial motivação para a ofensa sexual, enquanto a antissocialidade representa um potencial facilitador da ação face a essas motivações.

Parece lógico também que, alguém que reside, trabalha ou tem um contato regular com crianças, está exposto a um maior risco de cometer uma ofensa sexual do que alguém com menor acesso pelo que, a oportunidade ocupa também um papel relevante nesta formulação (Seto & Eke, 2015).

Os seguintes fatores de risco surgem na literatura como os principais preditores de reincidência entre ofensores sexuais que estabelecem contato com a vítima: a idade do ofensor, historial de condenações por crimes sexuais, historial de condenações adicionais, nunca terem estabelecido uma relação de modo presencial, nunca terem cometido uma ofensa sexual que não fosse presencial, e o facto de todas as vítimas terem sido do sexo masculino ou estrangeiras (Hanson & Morton- Bourgon, 2005).

De modo análogo, um estudo realizado pelos investigadores Seto e Eke (2015), identificou sete fatores de risco de reincidência de qualquer tipo de crime sexual: idade do

ofensor na altura da investigação, historial de condenação prévia, qualquer ofensa do tipo sexual presencial, qualquer falha durante a liberdade condicional, diagnóstico de interesses sexuais em crianças, conteúdo pornográfico mais com rapazes do que raparigas e conteúdo diverso mais relacionado com rapazes do que com raparigas.

### **2.3. Fatores de risco na pornografia infantil**

Os fatores de risco específicos para a reincidência na pornografia infantil parecem encontrar-se relacionados com a duração do envolvimento nesta prática, o género ou a idade da criança retratada, a presença de violência ou outro conteúdo parafilico no material pornográfico e o tamanho das coleções de pornografia (Seto & Eke, 2015).

Num estudo de follow-up realizado por Faust, Renaud e Bickart (2009), com 870 ofensores por pornografia infantil, entre 2002 e 2005, conclui-se que o baixo nível educativo, o facto de ser solteiro, deterem pornografia infantil não relacionada com a internet, historial de tratamento por ofensa sexual e não possuírem fotografias de adolescentes, eram preditores de reincidência sexual.

Na perspetiva de Houtepen e colaboradores (2014), os fatores de risco dos pornógrafos infantis podem ser categorizados em duas dimensões: as características relacionadas com o comportamento criminal (i. e., autocontrolo, impulsividade e distorções cognitivas) e o desvio sexual. Assim, os ofensores por pornografia infantil que apresentam níveis mais altos de antissocialidade e de interesses sexuais atípicos são os que reúnem maior probabilidade de reincidir sexualmente (Seto, 2013).

### **2.4. Risco de reincidência**

Maltz (1984), define reincidência como “*a reversão do indivíduo ao comportamento criminal, depois de este ter sido condenado, sentenciado e (presumivelmente) reabilitado*” (p.1). A este respeito, parece evidente a pertinência de perceber se, por um lado os pornógrafos apresentam taxas de reincidência diferentes dos outros ofensores sexuais e por outro, qual o risco da nova ofensa passar a ser do tipo *hands-on*.

Assim, Seto e Eke (2005) examinaram a história criminal e a reincidência de 201 ofensores por pornografia infantil. Do total da amostra, 56% dos ofensores tinham um registo criminal anterior ao momento da ofensa por pornografia de menores, 24% registavam uma

ofensa por contato sexual e 15% uma ofensa por pornografia de menores. Os resultados deste estudo revelaram que 17% dos indivíduos vieram a cometer uma nova ofensa por pornografia de menores e 4% da amostra escalou para uma ofensa sexual com contato. Este estudo evidencia que, além da reincidência sexual dos ofensores por pornografia de menores ser baixa, aqueles que tinham um registo anterior por ofensa sexual com contato no passado apresentaram maior probabilidade de reincidência. Este resultado está em linha com aquilo que é defendido pelas teorias associadas ao crime: os ofensores que cometeram uma grande variedade de crimes apresentam maior probabilidade de reincidir (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Num outro estudo Eke, Seto e Williams (2011), acompanharam 541 indivíduos condenados por pornografia de menores, por um período médio de *follow-up* de 4.1 anos. Neste caso, a taxa de reincidência para qualquer tipo de ofensa foi de 32%, 4% dos ofensores reincidiram com novas ofensas sexuais com contato e 7% reincidiu em novas ofensas por pornografia de menores.

Mais recentemente, Seto e Eke (2015) realizaram uma investigação com o objetivo de desenvolverem uma *checklist* de avaliação de risco (CPORT) que previsse qualquer tipo de reincidência sexual entre ofensores com uma condenação por pornografia de menores. Neste estudo foi analisada uma amostra de 266 pornógrafos, durante um período de *follow-up* de 5 anos. Verificou-se que 29% dos indivíduos cometeram uma nova ofensa, 11% cometeu uma nova ofensa sexual e 9% cometeu uma nova ofensa por pornografia de menores.

## **Capítulo II-METODOLOGIA**

### **1. Objetivos e questões de investigação**

O interesse por esta temática, surge da importância de ver respondida esta pergunta: “Quais são os fatores de risco na pornografia infantil?”. Esta questão orienta todo o presente trabalho, que assume uma natureza quantitativa e possui um carácter descritivo e comparativo. Três objetivos principais foram formulados: (1) identificar o nível de risco dos diferentes tipos de crime em estudo; (2) identificar o estilo criminal dos diferentes tipos de crime em estudo; e (3) diferenciar entre condenados por pornografia de menores e por outros crimes, quanto aos fatores de risco identificados.

Face aos objetivos estipulados para este projeto, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- H1- Existem diferenças significativas ao nível das variáveis sociodemográficas em função do tipo de crime;
- H2- Existem diferenças significativas ao nível das variáveis jurídico-penais em função do tipo de crime;
- H3- Existem diferenças significativas ao nível do risco de reincidência em função do tipo de crime;
- H4- Existem diferenças significativas ao nível do estilo criminal em função do tipo de crime;

### **2. Participantes**

#### **2.1. Procedimentos de seleção dos participantes**

A seleção dos participantes deste estudo teve origem em duas fontes diferentes. Parte deles foram selecionados de um Estabelecimento Prisional localizado no norte do país e os restantes a partir de uma equipa de reinserção social enquadrada na Delegação Regional do Norte. Foi realizado um processo de seleção dos participantes por conveniência, que teve por base dois critérios de inclusão. Por conseguinte, o primeiro critério remeteu para a necessidade de pelo menos uma condenação judicial. Acresce que para participarem no estudo, no historial dos indivíduos teria que constar pelo menos uma condenação por crimes sexuais ou por crimes

violentos<sup>2</sup>. O objetivo da inclusão deste critério foi o de possibilitar um estudo comparativo de diferentes tipologias de crime, mantendo, no entanto, características comuns a todos os participantes, que neste caso é o cometimento de um crime violento.

Foram identificados no total 64 processos que preenchiam os requisitos exigidos. A fim de dar resposta aos objetivos do presente estudo, o total de participantes foi dividido em três grupos, em função do tipo de crime. O grupo dos condenados por pornografia de menores ficou constituído por 12 indivíduos, no grupo dos condenados por outros tipos de crimes sexuais contabilizaram-se 26 indivíduos e o grupo dos condenados por crimes violentos totalizou também 26 indivíduos.

### **3. Instrumentos**

Neste estudo foram utilizados três instrumentos: uma grelha de recolha de dados, o Level of Service/Case Management Inventory (LS/CMI – Andrews, Bonta e Wormith, 2004) e o Lifestyle Criminality Screening Form- Revised (LCSF-R - Walters, 1998).

#### **3.1. Grelha de recolha de dados**

De forma a facilitar a sistematização dos dados obtidos através da análise dos processos individuais dos reclusos foi construída uma grelha composta por variáveis sociodemográficas (idade, estado civil, habilitações literárias, ocupação profissional) e jurídico-penais (idade da primeira condenação, reincidência, crimes anteriores, tipo de pena, extensão da pena, histórico de consumos e processos disciplinares).

#### **3.2. Level of Service/Case Management Inventory (LS/CMI)**

O LS/CMI pertence à família dos instrumentos LSI (Level of Service Inventory), concebidos com o propósito de classificar, gerir e tratar a população de ofensores. É composto por onze secções, das quais se destaca a secção 1, “Fatores Gerais de Risco/Necessidade”, por ser o núcleo do processo de avaliação e permitir a determinação do nível de risco global do ofensor (Andrews et al., 2004). A importância desta secção, a única que foi utilizada neste

---

<sup>2</sup> Nos termos da alínea j), do artigo n.º 1, do Decreto-lei 78/87, de 17 de fevereiro (Código do Processo Penal), entenda-se por crimes violentos aqueles que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública.

estudo, é realizada por traduzir os fatores conhecidos como “*central eight*” e por se ter provado que prediz a reincidência geral (Andrews et al., 2004).

A secção 1 é composta por 43 itens divididos por oito subcomponentes: (1) história criminal; (2) educação/emprego; (3) relações familiares/conjugais; (4) lazer/atividades recreativas; (5) conhecidos/amigos; (6) problemas com álcool/droga; (7) atitude/orientação pró-criminal; e (8) padrão antissocial. Alguns dos itens podem ser cotados com “sim” ou “não” e outros através de uma escala de “0” a “3”, em que “0” representa uma “situação muito insatisfatória com necessidade muito clara e forte de melhoria” e “3” uma “situação satisfatória sem necessidade de melhoria”.

A pontuação total da secção 1 é calculada através da soma dos itens cotados com “sim”, “0” e “1”, podendo consequentemente oscilar entre 0 e 43. Por fim, com base nessa pontuação total, é possível então associar o indivíduo avaliado a um dos cinco níveis de risco/necessidade: “muito baixo” (0-4); “baixo” (5-10); “médio” (11-19); “alto” (20-29); e “muito alto” (30+).

Foi analisada a consistência interna recorrendo ao coeficiente alfa de Cronbach. Considerando a totalidade dos itens o resultado foi .87, o que se traduz numa boa consistência interna.

### **3.3. Lyfestyle Criminality Screening Form- Revised (LCSF-R)**

O LCSF-R é um instrumento do tipo checklist concebido pelo psicólogo forense americano Glenn Walters. Este instrumento pode ser cotado com base na informação disponível nos processos individuais dos reclusos. É composto por quatro sub-escalas, *Irresponsabilidade*, *Auto-indulgência*, *Comportamento Interpessoal Intrusivo* e *Violação das Regras Sociais*, correspondentes aos quatro estilos criminais, pelas quais se dividem um total de 14 itens. Cada item pode ser pontuado com 0, 1 ou 2, possibilitando uma pontuação máxima de 22. De acordo com Walters (1998), um score global superior a 10 indica estarmos na presença de um estilo de vida criminal. Para fins avaliativos poderá interessar analisar o *score* global ou apenas a pontuação obtida em cada uma das escalas.

Foi também analisada a consistência interna através do alfa de Cronbach, obtendo um resultado de .64 o que se traduz numa consistência interna pouco robusta.

#### **4. Procedimento**

O processo de identificação dos indivíduos que cumpriam os requisitos definidos, iniciou-se após obtida a respetiva autorização da Comissão de Ética da Universidade do Minho e da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para a realização do estudo. Cumprida essa formalidade, foi solicitada na secretaria do já referido EP uma listagem dos reclusos que reunissem os requisitos de participação estipulados, e à equipa de reinserção social foi pedido o levantamento dos casos em acompanhamento suscetíveis de integrar a investigação. A fase seguinte consistiu na consulta dos processos individuais de cada recluso e na recolha de dados relevante para o preenchimento da grelha de análise criada para o efeito e para o preenchimento dos outros dois instrumentos utilizados, o LS/CMI e o LCSF-R.

Deste modo, a presente investigação utilizou apenas a análise documental como método de recolha de dados. Embora seja um facto que a generalidade dos instrumentos de avaliação de risco recomende a utilização da entrevista junto dos ofensores, tal não se perspetivou como viável sobretudo por limitações em termos de tempo. Não obstante, constatou-se que os processos individuais dos reclusos continham informação suficientemente abrangente que permitiram um adequado preenchimento dos instrumentos. Nos casos em que o conteúdo não se revelou razoavelmente robusto, a recolha de dados foi complementada junto do TSR responsável pelo respetivo acompanhamento ao recluso, que se verificou ser uma fonte adequada e pertinente.

#### **5. Análise de Dados**

Foram avaliadas as condições de normalidade das variáveis, no sentido de selecionar os testes mais adequados para a realização deste estudo. A análise exploratória de dados revelou não estarem reunidos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos para as variáveis estado civil, habilitações literárias, ocupação profissional, idade da 1ª condenação, reincidência, historial de consumos, processos disciplinares, tipo de pena, extensão de pena, todas as subsecções do LS/CMI e ainda todas as secções do LCSF-R. Por este motivo, o teste de diferenças inter-sujeitos utilizado com estas variáveis foi o Teste de Kruskal-Wallis, seguido de Testes de Mann-Whitney para contrastar grupos dois a dois. Com as restantes variáveis, idade, total do LS/CMI e total do LCSF-R, recorreu-se à Análise da Variância (ANOVA) Unifatorial, com Testes Post-Hoc para o contraste dos grupos.

A análise dos dados foi efetuada com recurso aos programas estatísticos Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 24.0.

## 6. Resultados

De seguida serão apresentados os resultados decorrentes da aplicação da grelha de recolha de dados e dos dois instrumentos utilizados. Optou-se pela apresentação dos resultados em subcapítulos, agrupando as variáveis consoante se tratem de variáveis sociodemográficas, jurídico-penais ou relativas ao risco de reincidência e ao estilo criminal. Simultaneamente, decorrente do objetivo de estudo comparativo dos diferentes tipos de crime, a análise será realizada em função dos três grupos criados por esse critério: pornografia de menores, outros crimes sexuais e crimes não sexuais.

### 6.1. Variáveis sociodemográficas

Neste subcapítulo são apresentados os resultados da análise descritiva, relativos às variáveis idade, estado civil, habilitações literárias e ocupação profissional (Tabela 1).

Tabela 1. Diferenças ao Nível das Variáveis Sociodemográficas em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores (n=12)		Outros crimes sexuais (n=26)		Crimes não sexuais (n=26)		<i>F</i> (2,61)  <i>χ</i> <sup>2</sup> (2)
	<i>Média</i>	( <i>DP</i> )	<i>Média</i>	( <i>DP</i> )	<i>Média</i>	( <i>DP</i> )	
Idade	55,58	11,91	50,58	13,92	43,81	14,29	3,47*
	n	%	n	%	n	%	
Estado civil							1,73
Solteiro	5	41,70	11	42,30	17	65,40	
Casado	4	33,30	7	26,90	2	7,70	
Divorciado/Viúvo	3	25,00	8	30,80	7	26,90	
Habilitações Literárias							5,94
1º ciclo	1	8,30	9	34,60	10	38,50	
2º ciclo	4	33,30	10	38,50	10	38,50	
Superior ao 2º ciclo	7	58,30	7	26,90	6	23,10	
Ocupação profissional							0,19
Empregado	7	58,30	11	42,30	9	34,60	
Desempregado	0	0	9	34,60	11	42,30	
Refêrmado	5	41,70	6	23,10	6	23,10	

\**p* < .05

A análise dos dados revela a existência de diferenças significativas ao nível da idade em função do tipo de crime,  $F(2,61) = 3.47$ ,  $p = .037$ . O Teste Post-Hoc de Gabriel indica que os

indivíduos condenados por pornografia de menores tendem ( $p = .051$ ) a ser mais velhos que os condenados por crimes não sexuais (Tabela 2).

Tabela 2. Diferenças ao Nível da Variável Idade em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores vs. Outros crimes sexuais	Pornografia de menores vs. Crimes não sexuais	Outros crimes sexuais vs. Crimes não sexuais
Idade	<i>ns</i>	†	<i>ns</i>

† $p < .10$

## 6.2. Variáveis jurídico-penais

Passemos à apresentação dos resultados da análise inferencial realizada com as variáveis jurídico-penais: antecedentes criminais, historial de consumos, processos disciplinares, tipo de pena, idade da 1ª condenação e extensão da pena (Tabela 3).

Tabela 3. Diferenças ao Nível das Variáveis Jurídico-penais em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores (n=12)		Outros crimes sexuais (n=26)		Crimes não sexuais (n=26)		$\chi^2$ (2)
	n	%	n	%	n	%	
Antecedentes criminais							3,01
Não	10	83,30	16	61,50	14	53,80	
Sim	2	16,70	10	38,50	12	46,20	
Historial de consumos							10,06**
Não	9	75,00	14	53,80	6	23,10	
Sim	3	25,00	12	46,20	20	76,90	
Processos disciplinares							11,7**
Não se aplica	8	66,70	1	3,80	0	0,00	
Sim	1	8,30	10	38,50	14	53,80	
Não	3	25,00	15	57,70	12	46,20	
Tipo de pena							33,45***
Pena suspensa	8	66,70	1	3,80	0	0,00	
Pena efetiva	4	33,30	25	96,20	26	100,00	
	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	
Idade 1ª condenação (meses)	49,58	14,60	41,31	17,86	33,46	16,07	8,63**
Extensão da pena (meses)	67,00	65,68	90,54	68,24	98,12	75,95	5,97

\*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$

Verificam-se diferenças significativas ao nível do historial de consumos em função do tipo de crime cometido,  $\chi^2(2) = 10.06, p = .007$ . Os Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni também mostraram diferenças entre os condenados por pornografia e os condenados por crimes não sexuais,  $U = 75, p = .01$ .

As diferenças são também estatisticamente significativas ao nível dos processos disciplinares em função do tipo de crime cometido,  $\chi^2(2) = 11.7, p = .003$ . Os Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni evidenciaram diferenças entre os condenados por pornografia e os condenados por outros crimes sexuais,  $U = 65.5, p = .003$  e entre os condenados por pornografia e os condenados por crimes não sexuais,  $U = 67, p = .004$ .

Existem diferenças significativas ao nível do tipo de pena em função do tipo de crime cometido,  $\chi^2(2) = 33.45, p < .001$ . Recorrendo novamente aos Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni, verificaram-se também diferenças entre os condenados por pornografia e os condenados por outros crimes sexuais,  $U = 58, p = .001$  e entre os condenados por pornografia e os condenados por crimes não sexuais,  $U = 52, p = .001$ .

Verificam-se ainda diferenças significativas ao nível da idade da 1ª condenação em função do tipo de crime cometido,  $\chi^2(2) = 8.63, p = .13$ . Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni evidenciaram diferenças entre os condenados por pornografia e os condenados por crimes não sexuais,  $U = 66, p = .004$ . No que se refere a esta variável, os condenados por pornografia apresentam uma média de idade da 1ª condenação de 50 anos ( $DP = 15$ ), superior à dos condenados por crimes não sexuais que é de 33 ( $DP = 16$ ).

Em relação aos antecedentes criminais, embora não se registem diferenças significativas entre os diferentes tipos de crime, a relevância desta variável para o presente estudo obriga a uma análise mais detalhada. Assim, foi examinado o nível de risco e do estilo criminal em função dos antecedentes criminais, para cada um dos três grupos (Tabela 4).

Os resultados revelam que os reclusos com antecedentes criminais apresentam sempre maior risco e maior estilo criminal do que os reclusos sem antecedentes criminais, embora entre os condenados por pornografia de menores essa diferença não seja estatisticamente significativa.

Tabela 4. Diferenças ao Nível do Risco e do Estilo Criminal em Função dos Antecedentes Criminais

		Com antecedentes criminais		Sem antecedentes criminais		
		<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>t</i>
		(n=2)		(n=10)		(10)
Pornografia de menores	Risco (LS/CMI)	7	2,02	2,9	5,66	-2,02
	Estilo Criminal (LCSF-R)	2,5	3,54	1,1	1,29	-1,09
Outros crimes sexuais	Risco (LS/CMI)	15,8	5,96	7,75	4,52	-3,91**
	Estilo Criminal (LCSF-R)	8,5	2,27	3,25	1,65	-6,82***
Crimes não sexuais	Risco (LS/CMI)	14,58	4,01	8,29	2,81	-4,69***
	Estilo Criminal (LCSF-R)	6,58	2,06	4,21	1,42	-3,45**

\*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$

### 6.3. Análise do risco de reincidência criminal (LS/CMI)

Neste subcapítulo é apresentada, para cada um dos grupos formados pelos diferentes tipos de crime, a média obtida na Secção 1 do LS/CMI e a média obtida em cada uma das suas subsecções (Tabela 5).

Tabela 5. Diferenças ao Nível das Variáveis Relativas ao LS/CMI em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores		Outros crimes sexuais		Crimes não sexuais		
	(n=12)		(n=26)		(n=26)		
	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>F</i> (2,61)
Total LS/CMI_Secção1	3,58	2,97	10,85	6,4	11,19	4,63	14,25***
							$\chi^2$ (2)
História criminal	1,33	1,5	3,35	1,67	3,35	1,23	11,88**
Educação/emprego	0,75	0,45	2,04	1,8	2,31	1,52	11,3**
Relações familiares/conjugais	0,42	0,67	1,08	0,98	1,23	0,51	10,41**
Lazer/atividades recreativas	0,42	0,51	0,77	0,43	1	0	17,19***
Conhecidos/amigos	0,17	0,39	0,96	0,96	1,08	0,8	10,71**
Problemas com álcool/droga	0,17	0,58	1,19	1,39	1,38	1,06	11,45**
Atitude/orientação pró-criminal	0,33	0,65	0,96	1,04	0,58	0,76	3,99
Padrão antissocial	0	0	0,5	0,71	0,31	0,47	6,3

\*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$

Verificam-se diferenças significativas ao nível do total da Secção 1 em função do tipo de crime,  $F(2,61) = 14.25$ ,  $p < .001$ . O Teste Post-Hoc de Gabriel revela que os indivíduos condenados por pornografia de menores apresentam um risco de reincidência menor que os condenados por outros crimes sexuais e que os condenados por crimes não sexuais (Tabela 6).

Tabela 6. Diferenças ao Nível do Total da Secção 1 (LS/CMI) em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores vs. Outros crimes sexuais	Pornografia de menores vs. Crimes não sexuais	Outros crimes sexuais vs. Crimes não sexuais
Total LS/CMI_Secção1	***	***	ns

\*\*\* $p < .001$

O grupo dos condenados por pornografia de menores regista ainda uma média inferior em todas as subsecções, comparativamente aos outros dois grupos, diferença essa que apenas não é estatisticamente significativa na subsecção 7 – *Atitude/orientação pró-criminal* – e na subsecção 8 – *Padrão antissocial*. Realizados os Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni, estes evidenciaram as diferenças expressas na Tabela 7.

Tabela 7. Diferenças ao Nível das Subsecções do LS/CMI em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores vs. Outros crimes sexuais	Pornografia de menores vs. Crimes não sexuais	Outros crimes sexuais vs. Crimes não sexuais
	<i>U</i>	<i>U</i>	<i>U</i>
História criminal	64**	53,5**	ns
Educação/emprego	79,5*	60**	ns
Relações familiares/conjugais	ns	56,5**	ns
Lazer/atividades recreativas	ns	65**	260*
Conhecidos/amigos	79*	59**	ns
Problemas com álcool/droga	ns	51**	ns

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$

#### 6.4. Análise do estilo de vida criminal (LCSF-R)

Na Tabela 8 consta a média obtida no total do LCSF-R e em cada uma das suas secções, em função dos grupos formados pelos diferentes tipos de crime.

Tabela 8. Diferenças ao Nível das Variáveis Relativas ao LCSF-R em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores (n=12)		Outros crimes sexuais (n=26)		Crimes não sexuais (n=26)		<i>F</i> (2,61)
	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	<i>Média</i>	<i>(DP)</i>	
Total LCSF-R	1,33	1,67	5,27	3,21	5,31	2,09	15,24***
							$\chi^2$ (2)
Irresponsabilidade	0,08	0,29	0,85	1,22	1	1,1	7,13*
Auto-indulgência	0,58	0,9	1,58	1,03	1,81	0,94	11,36**
Comp. interpessoal intrusivo	0,67	0,89	2,46	1,03	2,12	0,82	19,76***
Violação das regras sociais	0	0	0,38	0,7	0,38	0,7	4,01

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$

A análise dos dados revela diferenças significativas ao nível do total do LCSF-R em função do tipo de crime,  $F(2,61) = 15.24$ ,  $p < .001$ . Aplicado o Teste Post-Hoc de Gabriel, este mostra que os indivíduos condenados por pornografia de menores apresentam um estilo de vida criminal menor que os condenados por outros crimes sexuais e que os condenados por crimes não sexuais (Tabela 9).

Tabela 9. Diferenças ao Nível do Total do LCSF-R em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores	Pornografia de menores	Outros crimes sexuais
	vs.	vs.	vs.
	Outros crimes sexuais	Crimes não sexuais	Crimes não sexuais
Total LCSF-R	***	***	<i>ns</i>

\*\*\* $p < .001$

O grupo dos condenados por pornografia de menores apresenta também uma média inferior em todas as secções do LCSF-R, comparativamente aos outros dois grupos, diferença essa que apenas não é estatisticamente significativa na secção *Violação das Regras Sociais*. Realizados os Testes de Mann-Whitney com Correção de Bonferroni, estes evidenciaram as diferenças expressas na Tabela 10.

Tabela 10. Diferenças ao Nível das Secções do LCSF-R em Função do Tipo de Crime

	Pornografia de menores vs. Outros crimes	Pornografia de menores vs. Crimes não sexuais	Outros crimes sexuais vs. Crimes não sexuais
	<i>U</i>	<i>U</i>	<i>U</i>
Irresponsabilidade	<i>ns</i>	80,5*	<i>ns</i>
Auto-indulgência	73**	57,5**	<i>ns</i>
Comp. interpessoal intrusivo	32,5***	42,5***	<i>ns</i>

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$

## 7. Discussão dos resultados

O objetivo geral da presente investigação é o estudo comparativo do nível de risco associado ao crime de pornografia infantil. Procedeu-se ao tratamento dos dados em quatro momentos diferentes, consoante se tratava de variáveis sociodemográficas, jurídico-penais, relativas ao risco ou relativas ao estilo criminal. Os resultados aqui discutidos ilustram apenas a realidade dos participantes, que tendo sido selecionados por conveniência não permitem generalizações.

No que se refere às variáveis sociodemográficas, verifica-se apenas a existência de diferenças significativas ao nível da idade, evidenciando-se que os condenados por pornografia de menores são em média mais velhos que os condenados das outras duas tipologias. Este resultado parece apontar no sentido contrário ao de um estudo realizado com ofensores por pornografia infantil e com autores de outro tipo de ofensas sexuais (Reijnen, et al., 2009), que concluiu que os pornógrafos eram significativamente mais novos do que os outros ofensores sexuais. No entanto, refira-se que entre os participantes deste estudo, a comparação especificamente entre pornógrafos e condenados por outros crimes sexuais, revelou-se não significativa, sendo os pornógrafos apenas quatro anos mais velhos em média.

Já em relação às restantes variáveis sociodemográficas, embora não se tenham encontrado diferenças estatisticamente significativas entre as três tipologias de crimes, os resultados referentes aos condenados por pornografia de menores parecem estar em consonância com vários estudos sobre esta temática. Neste sentido, saliente-se o facto de 41,7% dos participantes deste grupo ser solteiro, próximo do valor de 50% referido em vários estudos (Henry, et al., 2010; Neutze, et al., 2011; Reijnen, et al., 2009). Saliente-se ainda que, embora 30% dos condenados por pornografia não possua formação de nível superior, conforme vários

estudos sugerem (McCarthy, 2010; Seto, et al., 2006; Surjadi, et al., 2010), neste estudo constituem o grupo que registou habilitações literárias mais elevadas.

Quanto às variáveis jurídico-penais em análise apenas não se encontraram diferenças estatisticamente significativas em duas delas: antecedentes criminais e extensão da pena. Nas restantes (idade da 1ª condenação, historial de consumos, processos disciplinares e tipo de pena), o grupo dos condenados por pornografia de menores obteve resultados que sugerem uma menor probabilidade de reincidir em práticas criminais, quer seja pela idade da 1ª condenação mais tardia, pela percentagem inferior de reclusos com historial de consumos e com processos disciplinares ou ainda, por uma maior percentagem de penas suspensas atribuídas. Algumas destas variáveis são consideradas preditores da reincidência (Andrews & Bonta, 2006), o que torna congruente os resultados obtidos através da aplicação do instrumento LS/CMI.

De facto, os resultados obtidos através da aplicação do LS/CMI afiguram-se como dos mais relevantes para o presente estudo, dado o objetivo geral previamente definido. Em primeiro lugar, tomando em consideração a pontuação total da Secção 1 do LS/CMI, verifica-se que os condenados por pornografia de menores apresentam um nível de risco significativamente inferior que os outros dois grupos.

Em segundo lugar, sobressai o facto de os pornógrafos infantis obterem pontuações médias inferiores em todas essas subsecções, quando comparados com as outras duas tipologias de crime. Acresce que essas pontuações são significativamente inferiores, em relação aos condenados por outros crimes sexuais, nas subsecções “História criminal”, “Educação/Emprego” e “Conhecidos/Amigos”. Já comparativamente aos condenados por crimes não sexuais, as diferenças são significativas em todas as subsecções, à exceção da “Atitude/orientação pró-criminal” e do “Padrão antissocial”. A generalidade destes resultados relativos ao risco de reincidência, permitem-nos afirmar que os pornógrafos infantis constituem um grupo com características diferentes comparativamente aos outros dois, sendo que essas diferenças são mais acentuadas quando se confrontam os dados com o grupo dos condenados por crimes não sexuais, conforme já seria expectável.

Por último, foram analisados os resultados da aplicação do instrumentos LCSF-R. Mais uma vez, os pornógrafos apresentam uma média total do LCSF-R significativamente inferior que os outros dois tipos de crime. Na análise dos dados referentes às secções do LCSF-R foram encontradas diferenças significativas verificando-se que os pornógrafos infantis registam pontuações médias inferiores significativas nas secções “Auto-indulgência” e “Comportamento interpessoal intrusivo” quando comparados com os condenados por outros crimes sexuais e pontuações médias inferiores significativas nas secções “Irresponsabilidade”, “Auto-

indulgência” e “Comportamento interpessoal intrusivo” quando comparados com os condenados por crimes não sexuais.

Os dados deste estudo que dizem respeito ao estilo criminal, no geral, apontam no mesmo sentido que os dados relativos ao risco de reincidência. Aliás, a variáveis “Total LS/CMI” e “Total LCSFR” registam uma correlação significativa positiva.

Ainda no âmbito da análise relativa ao risco e ao estilo criminal, centremo-nos na componente do histórico criminal. A fim de averiguar de que forma a presença ou não de antecedentes criminais influencia os resultados, procedeu-se à aplicação de testes de diferenças nos três grupos já referenciados. Os resultados obtidos confirmam a noção sugerida pela literatura especializada de que os indivíduos com antecedentes criminais apresentam mais risco de voltarem a reincidir do que aqueles que não possuem antecedentes criminais (Andrews, Bonta, & Wormith, 2006; Bonta & Andrews, 2007). Nesta análise em particular, apenas as diferenças encontradas entre os reclusos com antecedentes e sem antecedentes criminais ao nível dos pornógrafos, não se revelaram estatisticamente significativas. A explicação para este resultado poderá residir no facto de, no grupo dos condenados por pornografia de menores, apenas existirem dois indivíduos com antecedentes criminais.

Na globalidade, os resultados alcançados confirmam a hipótese de que existem diferenças significativas ao nível dos fatores de risco em função da tipologia de crime. O grupo dos pornógrafos infantis foi o que apresentou mais diferenças comparativamente aos outros grupos, com os resultados a apontarem no sentido de menor risco e menor estilo criminal. A análise efetuada sugere uma maior diferenciação em relação ao grupo dos condenados por crimes não sexuais. Não são, no entanto, negligenciáveis os resultados, que corroboram os autores que defendem que os pornógrafos constituem um grupo com características próprias entre os ofensores sexuais (Babchishin, et al., 2015; Babchishin, et al., 2011).

## **Conclusão**

Existem inúmeros autores que defendem a necessidade de mais investigação acerca dos ofensores sexuais através da internet (ex.: Reijnen, et al., 2009; Babchishin, et al., 2015; Eke, et al., 2011). Se nos focarmos nos pornógrafos infantis persistem de facto, ainda muitas questões por exemplo no que diz respeito às motivações, ao risco de reincidência e à probabilidade de passagem para uma ofensa presencial com crianças. As evidências apontam, no entanto, no sentido de que os pornógrafos constituam um grupo de ofensores com características próprias. Lee, Li, Lamade, Schuler e Prentky (2012) afirmam que: “Os ofensores

por pornografia infantil parecem constituir um subgrupo de agressores sexuais caracterizados por heterogeneidade taxonómica” (p. 668).

Este estudo demonstrou que os condenados por pornografia de menores são diferentes de condenados por outros crimes sexuais. O grupo dos pornógrafos é em média mais velho na altura da condenação pela primeira vez, apresenta menor historial de consumos, menos processos disciplinares, menor risco de reincidência e menor estilo criminal. Estas diferenças devem ser consideradas na conceção e implementação de programas de intervenção que lhes são aplicados, para evitar o risco de se tratar de forma semelhante aquilo que é diferente.

Salvagar-se, no entanto, que estes resultados não podem ser generalizados, por se basearem em amostras de conveniência de reduzida dimensão o que além de mais se repercutiu na diversidade das análises realizadas. Em particular o número de condenados por pornografia de menores era consideravelmente inferior aos outros dois grupos. E ainda entre os pornógrafos, é de salientar a reduzida representatividade de indivíduos com antecedentes criminais.

A seleção por conveniência originou que apenas existissem indivíduos condenados com pena suspensa no grupo dos pornógrafos infantis o que não deixa também de condicionar os resultados.

Outro aspeto que merece ser referido no âmbito das limitações é o facto de a recolha dos dados ter sido realizada apenas com base na consulta de processos. Existe a consciência de que a análise documental combinada com entrevistas poderia, eventualmente, enriquecer este trabalho, mas por limitações de tempo, não seria possível concretizar as duas tarefas convenientemente.

Por último, reconhece-se o carácter estático da presente investigação, no sentido em que remete para o risco de reincidência e o estilo criminal dos participantes num determinado momento. Também neste caso, a opção por um estudo centrado num momento específico, em detrimento de um estudo que acompanhasse a evolução do nível de risco dos participantes por um período de tempo alargado, deveu-se a limitações de disponibilidade de tempo.

Atendendo às limitações mencionadas, sugere-se assim que estudos futuros sobre pornógrafos infantis recorram a amostras necessariamente de maior dimensão e a uma conceptualização dinâmica com utilização de metodologias longitudinais, que permitam o acompanhamento do nível de risco dos condenados por um período mais alargado.

## Referências bibliográficas

- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2006). *The psychology of criminal conduct* (4th Ed.). Cincinnati, OH: Anderson Publishing Co.
- Andrews, D.A., Bonta, J., & Hoge, R.D. (1990). Classification for effective rehabilitation: rediscovering Psychology. *Criminal Justice and Behavior*, 17, 19-52.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J.S. (2004). *Level of Service/Case Management Inventory (LS/CMI): an offender assessment system. user's manual*. Toronto, ON: Multi Health Systems.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52(1), 7–27.
- Aslan, D. (2011) Critically evaluating typologies of internet sex offenders: a psychological perspective. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 11:5, 406-431.
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Hermann, C. A. (2011). The characteristics of online sex offenders: A meta-analysis. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 23(1), 92-123.
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Van Zuylen, H. (2015). Online child pornography offenders are different: a meta-analysis of the characteristics of online and offline sex offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 44, 45–66.
- Blackburn, R. (1993). *The psychology of criminal conduct: theory, research and practice*. Chichester: Wiley.
- Bonta, J., & Andrews, D. (2007). *Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation*. Public Safety Canada.

- Bourke, M. L., & Hernandez, A. E. (2009). The 'Butner Study' redux: a report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. *Journal of Family Violence*, 24(3), 183–191.
- Burke, A., Sowerbutts, S., Blundell, B., & Sherry, M., (2002). Child pornography and the internet: policing and treatment issues. *Psychiatry, Psychology and Law*, 9(1), 79-84.
- Cooper, A. (1998). Sexuality and the internet: surfing into the new millennium. *Cyber Psychology and Behavior*, 1(2), 187–193.
- Cooper, A., Scherer, C. R., Boies, S. C., & Gordon, B. L. (1999). Sexuality on the internet: from sexual exploration to pathological expression. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(2), 154–164.
- Davis, R. A. (2001). A cognitive-behavioral model of pathological internet use. *Computers in Human Behavior*, 17, 187–195.
- Davis, R. A., Flett, G. L., & Besser, A. (2002). Validation of a new scale for measuring problematic internet use: implications for pre-employment screening. *CyberPsychology and Behavior*, 5, 331–345.
- Eke, A. W., Seto, M. C., & Williams, J. (2011). Examining the criminal history and future offending of child pornography offenders: An extended prospective follow-up study. *Law and Human Behavior*, 35, 466–478.
- Elliott, I. A., & Beech, A.R. (2009). Understanding online child pornography use: applying sexual offense theory to internet offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 14(3), 180–193.
- Faust, E., Renaud, C., & Bickart, W. (2009, October). *Predictors of re-offense among a sample of federally convicted child pornography offenders*. Paper presented at the 28th Annual Conference of the Association for the Treatment of Sexual Abusers, Dallas, TX.

- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). A General Theory of Crime. In F. Cullen & R. Angew (Eds.), *Criminological theory: Past to present* (pp. 224-236). New York, NY: Oxford University Press.
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: a meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*, 1154–1163.
- Hartman, C. R., Burgess, A. W., & Lanning, K. V. (1984). Typology of collectors. In A. W Burgess (Ed.), *Child pornography and sex rings* (pp. 93–109). Lanham, MD: Lexington Books.
- Henry, O., Mandeville-Norden, R., Hayes, E., & Egan, V. (2010). Do internet-based sexual offenders reduce to normal, inadequate and deviant groups? *Journal of Sexual Aggression, 16*(1), 33–46.
- Houtepen, J. A., Sijtsema, J. J., & Bogaerts, S. (2014). From child pornography offending to child sexual abuse: a review of child pornography offender characteristics and risks for cross-over. *Aggression & Violent Behavior, 2014*; 19(5), 466-473.
- Laulik, S., Allam, J., & Sheridan, L. (2007). An investigation into maladaptive personality functioning in internet sex offenders. *Psychology, Crime & Law, 13*(5), 523–535.
- Lee, A. F., Li, N. C., Lamade, R., Schuler, A., & Prentky, R. A. (2012). Predicting hands-on child sexual offences among possessors of internet child pornography. *Psychology, Public Policy, and Law*.
- Loeber, R., Farrington, D.P., Stouthamer-Loeber, M., & White, H.R., (2008). *Violence and serious theft: development and prediction from childhood to adulthood*. Routledge, New York.
- Maltz, M.D. (1984). Recidivism [Versão Electrónica]. Orlando: Academic Press. Retirado em 27 de junho de 2016 de <http://www.uic.edu/depts/lib/forr/pdf/crimjust/recidivism.pdf>.

- McCarthy, J. A. (2010). Internet sexual activity: A comparison between contact and noncontact child pornography offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 16(2), 181–95.
- McLaughlin, J. F. (2000). Cyber child sex offender typology. *Knight Stick: Publication of the New Hampshire Police Association*, 51, 39–42.
- Merdian, H., Curtis, C., Thakker, J., Wilson, N., & Boer, D. (2013). The three dimensions of online child pornography offending. *Journal of Sexual Aggression*, 19:1, 121-132.
- Neutze, J., Seto, M. C., Schaefer, G. A., Mundt, I. A., & Beier, K. M. (2011). Predictors of child pornography offenses and child sexual abuse in a community sample of pedophiles and hebephiles. *Sexual Abuse*, 23(2), 212–242.
- Niveau, G. (2010). Cyber-pedocriminality: characteristics of a sample of internet child pornography offenders. *Child Abuse & Neglect*, 34(8), 570–575.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002a). Child pornography and the internet: perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behaviour*, 23, 331–361.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002b). Paedophiles pornography and the internet: assessment issues. *British Journal of Social Work*, 3(2), 863–875.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2007). *Internet and child pornography*. London: Psychology Press Ltd.
- Reijnen, L., Bulten, E., & Nijman, H. (2009). Demographic and personality characteristics of internet child pornography downloaders in comparison to other offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18, 611–622.
- Seto, M. C. (2008). *Pedophilia and sexual offending against children: theory, assessment, and intervention*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Seto, M. C. (2013). *Internet sex offenders*. Washington, DC: American Psychological Association.

- Seto, M. C., Cantor, J. M., & Blanchard, R. (2006). Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *Journal of Abnormal Psychology*, 115(3), 610.
- Seto, M. C., & Eke, A. W. (2005). The criminal histories and later offending of child pornography offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17, 201–210.
- Seto, M. C., & Eke, A. W. (2015). Predicting Recidivism among Adult Male Child Pornography Offenders: Development of the Child Pornography Offender Risk Tool (CPORT). *Law and Human Behavior*, 39, 416-429.
- Seto, M. C., Hanson, R. K., & Babchishin, K. M. (2011). Contact sexual offending by men with online sexual offenses. *Sexual Abuse*, 23, 124– 145.
- Simon, L. (1997). Do criminal offenders specialize in crime types? *Applied and Preventative Psychology*, 6, 35–53.
- Sullivan, C. (2009). *Internet traders of child pornography and other censorship offenders in New Zealand: Profiling research—Update*. Auckland, New Zealand: Department of Internal Affairs Retirado de: <https://www.dia.govt.nz/pubforms.nsf/URL/InternetTradersOfChildPornography-ProfilingResearchUpdate-December2009.pdf>.
- Sullivan, J., & Beech, A. R. (2004). Assessing internet sex offenders. In M. C. Calder (Ed.), *Child sexual abuse and the internet: tackling the new frontier* (pp. 69\_83). Lyme Regis, UK: Russell House.
- Surjadi, B., Bullens, R., van Horn, J., & Bogaerts, S. (2010). Internet offending: Sexual and non-sexual functions within a Dutch sample. *Journal of Sexual Aggression*, 16(1), 47–58.
- Taylor, M., & Quayle, E. (2003). *Child pornography: an internet crime*. New York: Brunner-Routledge.

van Wijk, A., Nieuwenhuis, A., & Smeltink, A. (2009). *Een verkennend onderzoek naar downloaders van kinderporno* [An exploratory investigation on child pornography offenders]. Arnhem: Bekereeks.

Walters, G. D. (1998). *Changing lives of crime and drugs intervening with substance-abusing offenders*. Chichester: Wiley.

Webb, L., Craissati, J., & Keen, S. (2007). Characteristics of Internet child pornography offenders: A comparison with child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 19, 449-465.

Wortley, R. K., & Smallbone, S. (2006). Applying situational principles to sexual offenses against children. In R. K. Wortley & S. Smallbone (Eds.), *Situational prevention of child sexual abuse* (pp. 7–36). Monsey, NY: Criminal Justice Press.

Young, K. S. (2001). *Tangled in the web: understanding cybersex from fantasy to addiction*. Bloomington, IN: 1st Books Library.

### **Legislação**

*Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro*. Diário da República n.º 40, Série I (1987).

*Lei 115/2009, de 12 de outubro, da Assembleia da República*. Diário da República n.º 197, Série I (2009).

*Lei 59/2007 de 04 de setembro, da Assembleia da República*. Diário da República n.º 170, Série I (2007).